

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

13

東方學研究所
東方學研究所

PROPRIEDADE E ECONOMIA NA ANTIGA BABILÓNIA ATÉ AO IMPÉRIO DE HAMMURABI

Por EMANUEL BOUZON

*Professor da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro*

1. Introdução ao problema

Depois de controlado o problema da água pela irrigação artificial no início do período do Bronze, a Baixa Mesopotâmia tornou-se uma região de economia essencialmente agrícola. A sociedade e a economia da região integraram, desde a assim chamada revolução neolítica, agricultura e pecuária⁽¹⁾. Numa sociedade assim organizada, o problema da propriedade fundiária é de importância capital para a vida económica da região, já que o direito de propriedade de terras produtivas determina os sectores responsáveis pela economia dessa sociedade. O estudo da sociedade e economia da antiga Babilónia é possível graças à abundante documentação datada desde a origem da escrita a partir de 3000 a. C. Trata-se de documentos de carácter administrativo e legal escritos em tábua de argila com caracteres cuneiformes, inicialmente em sumério, uma língua cuja filiação linguística até hoje se desconhece, e posteriormente em acádico, uma língua semita que dominou a região a partir do período babilónico antigo, especialmente após o império de Hammurabi (1792-1750 a. C.)⁽²⁾. A documentação é mais abundante no Sul da Mesopotâmia, na região que vai desde a actual Bagdad até ao Golfo Pérsico.

As escavações arqueológicas da Baixa Mesopotâmia puderam comprovar que a organização de uma comunidade aldeã neolítica era bastante simples. O poder decisório estava nas mãos dos chefes

(anciãos) das diferentes famílias extensas que constituíam a aldeia. Na aldeia neolítica não havia lugar para especialistas de dedicação exclusiva e, por isso, mesmo as actividades não directamente ligadas à produção de alimentos, como a tecelagem e a cerâmica, eram realizadas pelas famílias de produtores de alimentos. Esse tipo de economia é, comumente, designado de economia do tipo *oikos* (sumério *É* = casa)⁽³⁾. A economia da comunidade aldeã neolítica era, essencialmente, uma economia de subsistência baseada na reciprocidade e as famílias da comunidade eram as unidades básicas produtivas^{14*}. O direito à propriedade das terras produtivas estava, sem dúvida, nas mãos das famílias extensas enquanto membros da comunidade rural[®].

O desenvolvimento das técnicas de irrigação nas planícies de aluvião da Baixa Mesopotâmia possibilitou um aumento considerável na produção de alimentos. Agora, com as novas técnicas, uma área de 2 km² podia abrigar seis habitantes, enquanto que numa economia baseada na caça e recolha de alimentos eram necessários cerca de 26.000 hectares para um grupo de dez habitantes^{16*}. A consequência lógica do considerável aumento de produção de alimentos foi a força de atracção que essa região exerceu em grupos migratórios que vieram estabelecer-se no aluvião mesopotâmico. A vinda desses novos grupos populacionais causou, certamente, pressões demográficas que provocaram, aos poucos, a necessidade de uma maior estratificação social dentro da comunidade aldeã. E esta necessidade de maior estratificação social levou, paulatinamente, à passagem da sociedade comunitária para uma sociedade mais estratificada, que parece ter sido a característica do quarto milénio⁽⁷⁾.

Pela metade do quarto milénio a arqueologia encontrou no sítio de Tell Obeid (ca. 4500-3500 a. C.) os primeiros vestígios de uma organização proto-urbana^{(8>}. No período seguinte, denominado Uruk IV (ca. 3500-3100 a. C.), o processo de urbanização acentuou-se, ainda mais, com o aparecimento de centros dominados pelo templo, construído no centro do núcleo urbano, e cercado de aldeias produtoras de alimentos^{*9*}. No início do terceiro milénio, Uruk tornara-se já um importante centro urbano com uma área de, aproximadamente, 400 hectares e uma população de cerca de quarenta mil habitantes^{00*}. No período conhecido como Uruk III ou Djemdet-Nasr (ca. 3100-2900 a. C.) consolidou-se o processo de urbanização e começaram a surgir outros centros urbanos no Sul da Baixa Mesopotâmia, como Ur, Nippur e Lagas, cuja criação é atribuída aos sumérios⁽¹¹⁾.

O processo de urbanização levou a sociedade a uma especialização profissional que dividiu a população activa entre especialistas e

produtores de alimento e aumentou, ainda mais, a estratificação social⁽¹²⁾. Além disso, ao consolidar-se o processo de urbanização, as antigas comunidades rurais neolíticas perderam a sua homogeneidade e auto-suficiência. Se, num primeiro momento, havia ainda uma certa relação de complementaridade entre cidade e aldeia, logo a cidade tornou-se hierarquizada com as aldeias em relação de total dependência para com os centros urbanos⁽¹³⁾. Os sumérios, com a invenção da escrita cuneiforme no começo do terceiro milénio, reforçaram mais ainda o poder da burocracia urbana⁽¹⁴⁾. Aos poucos foram desaparecendo as comunidades aldeãs, como unidades independentes de produção, tornaram-se tributárias da cidade e foram, simplesmente, incorporadas ao sistema de produção da cidade-estado suméria⁽¹⁵⁾. O novo tipo de sociedade exigiu, também, a criação de novos pólos decisórios para governar a cidade-estado. Esses novos centros de decisão estavam, originariamente, ligados aos templos e mais tarde ao palácio^{116*}. Diversos factores, entre os quais a exploração de novas terras de cultura e a complexidade crescente do sistema de irrigação artificial, que exigia uma certa centralização da produção, contribuíram, certamente, para que as Grandes Instituições se tornassem os grandes proprietários fundiários. O templo do deus principal da cidade-estado parece ter sido, inicialmente, o centro para o qual fluía a produção dos grandes domínios templários, as contribuições e tributos que eram armazenados nos silos e depósitos da administração central. Aqui, iniciava-se o processo de redistribuição. Continuava, pois, o mesmo sistema *oikos* de economia das comunidades rurais do período neolítico; só que agora, cada cidade-estado era gerida como um grande *oikos* (sumério É.GAL = casa grande) dirigido pelo governante da cidade. A documentação do período de Djemdet-Nasr atesta dois tipos de terras templárias: GÁNA.EN, que, como o próprio nome diz, «campo do EN», designava o campo cuja produção se destinava às necessidades dos governantes, e as suas terras representavam cerca de 80% do total, e GÁNA.SUKU, «campo de sustento», cerca de 20% da totalidade, que designavam as parcelas de terra atribuídas aos altos funcionários a título de sustento^{*17*}. A documentação existente não permite determinar, com exactidão, a quantidade de terras produtivas controladas pelas grandes instituições e as controladas por outros segmentos da sociedade^{*18*}. Ao lado das propriedades fundiárias institucionais, contudo, deve ter existido, também, como em todos os períodos da história da Mesopotâmia, a propriedade «privada» de terras produtivas nas mãos das famílias extensas que constituíam a comunidade rural^{*19*}.

2. O período proto-dinástico

A historiografia que estuda a antiga Mesopotâmia denomina, geralmente, período proto-dinástico o espaço de tempo que vai, aproximadamente, de 2900 a. C a 2350 a. C. A assiriologia costuma dividir esse período em Proto-dinástico I (ca. 2900-2750 a. C.); Proto-dinástico II (ca. 2750-2600 a. C.); Proto-dinástico IIA (ca. 2600-2450 a. C.) e Proto-dinástico IIIB (ca. 2450-2350 a. C.)⁽²⁰⁾. Uma ampla documentação proveniente dos arquivos institucionais, os grandes proprietários fundiários dessa época, permitem traçar uma imagem bastante abrangente da economia do período proto-dinástico. No centro urbano encontrava-se o governante^{21*} que administrava a cidade-estado política, administrativa e economicamente no mesmo sistema *oikos*, como no período anterior⁽²²⁾. Na documentação dos arquivos públicos as terras produtivas eram, agora, divididas em GÁNA.NI.EN.NA, as terras exploradas directamente pela administração central para satisfazer suas necessidades, GÁNA.SUKU, indicativa das parcelas de terra atribuídas aos funcionários a título de sustento e GÁNA.APIN.LÁ, que denominava uma pequena parte de campos alugados a funcionários ou a pequenos produtores em troca do pagamento de uma parte da produção⁽²³⁾.

Os primeiros textos produzidos pela escrita cuneiforme, criada no início do terceiro milénio, eram documentos administrativos de arquivos da administração central⁽²⁴⁾. Alguns desses textos são de difícil interpretação. Uma falsa avaliação dos elementos por eles fornecidos pode induzir o historiador a interpretá-los de maneira errada e, assim, viciar a compreensão das estruturas sócio-económicas da cidade-estado suméria. E foi exactamente isto o que aconteceu com a tese da cidade-templo defendida pela economista A. Schneider, baseada em textos de Lagas, da época de Eannatum II (ca. 2400 a. C.), de Lugallanda (ca. 2370 a. C.) e de Uruinimgina (ca. 2355 a. C.), que lhe tinham sido fornecidos pelo assiriólogo A. Deimel⁽²⁵⁾. A tese da cidade-templo pode, basicamente, ser assim descrita: durante o período pré-dinástico todas as terras produtivas pertenciam aos templos e a vida económica da cidade suméria estava sob total controlo deles⁽²⁶⁾. Toda a argumentação de Deimel e Schneider estava construída em cima dos textos provenientes de um único arquivo de uma instituição denominada É.MÍ (literalmente: «casa de mulher») da É.^dBA.U, expressão traduzida por Deimel como «templo da deusa BAU»⁽²⁷⁾. A documentação deste arquivo trata de diversos problemas como irrigação, administração de campos cerealíferos, produção de lã, criação de animais,

pescaria, tributos, aluguer de campos, etc.^{<28)} As terras atribuídas a esta unidade económica estavam divididas, como todas as terras produtivas de arquivos públicos da época, em GÁNA.NI.EN.NA, GÁNA.SUKU e GÁNA.APIN.LÁ. Uma generalização da imagem formada a partir destes textos a toda economia da cidade de Lagas originou a concepção de uma cidade-estado suméria de tipo teocrático. O ilustre sumeriólogo alemão, Adam Falkenstein, publicou em 1954 um artigo, em que mesmo, aceitando a teoria da cidade-templo, matizou alguns exageros de Deimel e admitiu, entre outras coisas, que ao lado da economia templária havia, também, outros tipos de economia. Corrigia, assim, o conceito de uma cidade-estado totalmente teocrática*^{29*}.

A teoria da cidade-templo teve, em um primeiro momento, grande aceitação entre os assiriólogos. Logo se levantaram, contudo, vozes críticas contestando, exatamente, o frágil embasamento documentário desta teoria. O assiriólogo russo Diakonoff fundamentou a sua crítica nos dados relativos à área dos campos produtivos da instituição E.MÍ da É.BA.Û que a própria documentação fornecia; conforme os seus cálculos, as medidas atribuídas aos campos cerealíferos do domínio da É.BA.U não podiam corresponder à área total produtiva da cidade de Lagas⁽³⁰⁾. Uma análise mais abrangente de todos os textos proto-dinásticos conhecidos levou os estudiosos a uma outra conclusão. Embora os textos mostrem o papel preponderante e central dos templos na economia, como principal produtor de alimentos, eles mostram, também, que nem todas as terras produtivas eram propriedade dessas instituições⁽³¹⁾.

A análise de um conjunto de textos provenientes de Zabala, uma localidade vizinha da cidade suméria de Umma, e datados do reinado de Lugalzagesi (ca. 2350 a. C.) mostra a relação entre templo e palácio nesse período. São cerca de cem tábuas cuneiformes do arquivo do templo de Ezikalama, dedicado à deusa Innana, que mostram, claramente, que nesta época o ENSÍ controlava tanto a economia palatina como a templária⁽³²⁾.

Além da abundante documentação originária dos arquivos públicos, o período proto-dinástico produziu, também, um outro conjunto de textos que atestam um movimento considerável de compra e venda de bens móveis e imóveis entre pessoas particulares. Há dois tipos de documentação em que os contratos de compra e venda dessa época se conservaram.

O primeiro tipo é formado por textos redigidos em esteias de pedra, estatuetas, figurinhas que registam a aquisição, por compra, de diversas parcelas de terra. Os campos em questão, certamente desti-

nados à produção cerealífera, eram comprados por uma única pessoa a um ou a vários vendedores. O material usado pelos escribas nestes registos foi a pedra, um material raro e caro na Baixa Mesopotâmia. A escolha de tal material mostra o valor de tais registos. Devido à sua forma externa, Gelb³³⁾ comparou-os aos *kudurrus*³⁴⁾ da época cassita e denominou-os, por isso, *ancient kudurrus*. Como, porém, as esteias proto-dinásticas são formalmente diferentes dos *kuduru* cassitas e representam um outro género literário, Diakonoff prefere denominá-los com o termo alemão *Sammeiurkunder*³⁵⁾.

A assiriologia conhece, hoje, cerca de quarenta e três exemplares desses antigos registos coletivos de compra e venda de terra do período proto-dinástico; onze deles pertencem ao período de Uruk III ou Djemdet-Nasr (ca. 3100-2900 a. C.), três ao proto-dinástico I e II (ca. 2900-2600 a. C.), dez ao período de Fara ou proto-dinástico IIIa (ca. 2600-2450 a. C.) e dezenove ao proto-dinástico IIIb (ca. 2450-2340 a. C.)³⁶⁾. Esse tipo de documentação é testemunhada até o período sargónico e parece ter desaparecido, completamente, com o advento da III dinastia de Ur pelo ano 2111 a. C. Geograficamente os lugares de origem desse tipo de documento estão distribuídos por, praticamente, toda a Baixa Mesopotâmia, desde o Norte de influência mais marcadamente semita até ao Sul de maior presença suméria; assim, a língua usada é tanto o sumério como o acádio conforme o lugar de procedência do documento. O tipo de escrita cuneiforme usada varia de acordo com o tempo de composição do texto. Os textos de Uruk III apresentam uma escrita mais pictográfica, cuja interpretação nem sempre é possível, os mais recentes empregam uma escrita tipicamente cuneiforme³⁷⁾.

A tipologia dos registos coletivos do tipo *Sammelurkunden* pode variar entre uma formulação lacónica, que menciona, apenas, as medidas dos campos vendidos, o preço e o nome dos vendedores e do comprador, e uma mais ampla, que enumera, também, pagamentos adicionais e presentes, bem como o nome dos vendedores secundários, de testemunhas e de oficiais da administração central que autorizavam e testemunhavam a compra³⁸⁾. As cláusulas de garantia, típicas dos contratos de compra e venda conservados nas tábuas de argila, desde o período de Fara até aos documentos jurídicos babilónicos mais recentes, parecem faltar neste tipo de documentação³⁹⁾.

Os *Sammelurkunden* registam a compra de diversos campos efectuada por um mesmo comprador a um ou a vários vendedores. É bastante comum, também, mencionar ao lado do vendedor principal, que recebe o preço do campo⁴⁰⁾, outras personagens, como uma es-

pécie de vendedores secundários, contemplados com algum tipo de pagamento em prata, em cobre ou em espécie⁴¹. Uma interpretação comumente aceite para este facto é que esses vendedores secundários seriam parentes do vendedor principal e estariam participando do acto de venda do campo⁴².

Nota-se, também, uma diferença em relação às dimensões dos campos negociados neste tipo de documento entre o Norte e o Sul da Mesopotâmia. Normalmente as terras vendidas no Norte são, substancialmente, mais extensas⁴³. Os compradores são, geralmente, altos funcionários da administração central⁴⁴. Entre os vendedores aparecem, também, alguns altos funcionários, mas, normalmente, a profissão do vendedor não é mencionada. Aliás, levando-se em conta que este tipo de documento regista, geralmente, a compra de grandes parcelas de terra arável efectuada por um mesmo comprador, não admira que este esteja entre os grandes funcionários da administração central, certamente os financeiramente mais capacitados para uma transacção comercial de tal porte.

Pode-se, aqui, ainda em relação aos *Sammelurkunden* indagar sobre a finalidade desse tipo de documento. Para que se registariam, em uma esteira de pedra, todas as compras de terras realizadas por um mesmo cidadão em um determinado período de tempo? Como a pedra na Mesopotâmia era um bem importado e caro, um documento lavrado em uma esteira de pedra devia ter, sem dúvida, um carácter oficial. Tratava-se, provavelmente, de um registo oficial que devia ficar exposto num lugar público e podia ser consultado em todo e qualquer caso de dúvida relativa às transacções realizadas.

Além dos contratos registados nas estelas de pedra (*Sammelurkunden*), a assiriologia dispõe, também, de um outro tipo de documento, que começa a aparecer a partir do período de Fara e que oferece importantes subsídios para o estudo da economia pré-sargónica. Trata-se de contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis (campos aráveis, pomares, casas, escravos, etc.) registados em tábuas de argila. Este instrumento de escrita tornou-se, a partir de Fara, o material preferido da escrita cuneiforme até ao fim de sua história. Conhece-se, hoje, cerca de sessenta e quatro textos desta natureza, que podem ser datados, com certeza, da época proto-dinástica; quarenta e dois deles pertencem ao período de Fara e vinte e dois ao período proto-dinástico IIIb⁴⁵.

Todos esses contratos apresentam uma tipologia bem determinada: começam com a menção do preço, avaliado, geralmente, em cobre e às vezes em prata e das medidas do campo, do pomar ou da casa;

são incluídos, em seguida, outros tipos de reembolso (NÍG.DIRIG) e de presentes (NÍG.BA), inclusive de bens naturais, para o vendedor ou vendedores, segue a lista de testemunhas (que também podiam receber presentes) e o nome do comprador. O contrato termina, em geral, com a menção do funcionário responsável pela legitimação da transacção e da localização do imóvel em questão⁽⁴⁶⁾. A tábuca de argila, com o texto do contrato da transacção realizada, era entregue ao novo proprietário, que o depositava no seu arquivo familiar. Esse documento significava para o comprador do imóvel uma garantia contra possíveis impugnações do direito de propriedade do comprador⁽⁴⁷⁾. A língua usada neste tipo de documento era predominantemente o sumério⁽⁴⁸⁾.

Os contratos de compra de bens imóveis desta época mencionam um ou vários cidadãos, provavelmente parentes, que vendem um campo, um pomar ou uma casa a um outro cidadão. Os compradores não são, apenas, altos funcionários da administração central, como é o caso nos textos dos *Sammelurkunden*, mas cidadãos de diferentes camadas sociais⁽⁴⁹⁾. É interessante observar, também, que a maior parte deste tipo de documento é proveniente da região de Suruppak, hoje Fara, uma cidade situada no Norte da Baixa Mesopotâmia, uma região, portanto, onde a influência dos semitas era marcante.

3. Período sargónico

Em meados do século XXIV a. C., pelo ano 2334, a Baixa Mesopotâmia assistiu a uma profunda transformação política e social. Era o aparecimento da primeira dinastia semita fundada por Sargão (sarru-kín, «rei verdadeiro»), um usurpador de origem desconhecida. Sargão derrotou o líder sumério Lugalzagesi de Umma, conquistou, pela força, as cidades-estado sumérias e estabeleceu um império que abrangia desde a actual Bagdad até ao Golfo Pérsico, incluindo a região do Diyala ao norte⁽⁵⁰⁾. Assumiu o título de «rei das quatro regiões» (*sar kibratim arba'im*) e criou uma monarquia unitária e centralizada que, por cerca de 142 anos, governou a região. Para legitimar e consolidar o seu império, Sargão viu-se obrigado a assumir medidas drásticas no campo político e ideológico⁽⁵¹⁾. Do ponto de vista político destituiu os antigos ENSÍ do seu poder de administrar, como representantes da divindade, as vastas propriedades fundiárias dos templos e estabeleceu funcionários fiéis ao palácio para administrá-las. No aspecto ideológico os reis de Acade não se contentaram mais com o papel de representantes da divindade, mas assumiram eles mesmos o título de «deuses

do país»⁽⁵²⁾. Concepções políticas e ideológicas, vigentes no Norte da Baixa Mesopotâmia, foram impostas, pois, no Sul até agora dominado pela concepção suméria de uma cidade cujo centro político e económico era representado pelo templo do deus principal da cidade⁽⁵³⁾.

Uma análise da documentação existente para este período parece mostrar que o Sul continuava com grandes propriedades institucionais, agora administradas pelo palácio, responsáveis pela maior parte da produção de cereais e da criação de animais. Textos provenientes de Girsu e Umma, no Sul, atestam que campos dessa região eram administrados por funcionários do rei⁽⁵⁴⁾. Como julga Renger, tratava-se, provavelmente, de antigos campos dos templos desapropriados por Sargão⁽⁵⁵⁾. Por sua vez, alguns documentos provenientes da região do Diyala e de Gazur, situados ao norte, atestam operações realizadas por propriedades institucionais, património do palácio⁽⁵⁶⁾.

O período sargónico forneceu, também, documentos de carácter jurídico, que atestam transferências do direito de propriedade de campos entre pessoas particulares. Esse tipo de documentação é, geralmente, usada para provar a existência de propriedade privada nesse período. Uma análise mais acurada da documentação mostra, porém, que ela é proveniente de Nippur, Isin e Kis, regiões mais ao norte; por outro lado não existem testemunhos de transacções de campos cerealíferos entre particulares em regiões meridionais, como Lagas e Umma. Este facto pode ser atribuído à natureza da documentação conhecida, que no Sul pertence, quase exclusivamente, a arquivos institucionais^{•57*}. Mas, como observa Renger, pode, também, indicar uma diferença de regime de propriedade de terras entre o Sul sumério e o Norte predominantemente semita⁽⁵⁸⁾. Tal tipo de dicotomia deve, sem dúvida, ser levado em consideração para que se possa determinar melhor a diferença de regime de propriedade existente entre o Norte e o Sul da Baixa Mesopotâmia. J. Renger baseia este tipo de dicotomia nas próprias concepções religiosas diferentes de sumérios e semitas⁽⁵⁹⁾. A cidade-estado suméria nasceu em torno do templo do deus principal da cidade e o templo tornou-se, assim, o centro religioso, político e económico da cidade-estado. Já entre os semitas predominavam as divindades astrais que não estavam ligadas a nenhum território. Além disso, parece que no Norte a população semita conservou suas características socio-económicas e políticas e suas ligações com os antigos xeiques nómadas, que se tinham tornado reis nas novas cidades do Norte⁽⁶⁰⁾.

Segundo a última edição crítica desses textos^{<61)}, a documentação do período sargónico foi registada, como nos períodos anteriores,

em pedra, nas *Sammelurkunden* e em tábuas de argila. As primeiras registam, apenas, transacções com campos cerealíferos e os contratos em tábuas de argila registam qualquer tipo de compra (campos, pomares, casas, escravos, etc.). São catorze *Sammelurkundert*⁽⁶²⁾ e noventa e um contratos em tábuas de argila⁽⁶³⁾. Os *Sammelurkunden* são provenientes do Norte⁽⁶⁴⁾ ou de regiões meridionais mais vizinhas das fronteiras com o Norte semita⁽⁶⁵⁾. De regiões como Uruk, Ur, Eridu e Larsa, no extremo sul do aluvião mesopotâmico, não se conhecem contratos desta natureza. Entre os contratos redigidos em tábuas de argila, vinte deles registam a compra de campos cerealíferos entre indivíduos particulares e são originários de Nippur, Isin e Kis.⁽⁶⁶⁾ As medidas dos campos negociados conservaram-se em parte e vão de 0,75 hectares a 63,5 hectares; sendo a maior parte deles entre 0,75 e 2,8 hectares⁽⁶⁷⁾. Alguns desses campos são, portanto, tão pequenos que não poderiam alimentar uma família de cinco pessoas durante um ano. Pode-se notar, também, que o tamanho do campo negociado é maior em contratos provenientes do Norte.⁽⁶⁸⁾

Neste contexto é interessante mencionar, também, o célebre obelisco de Manistusu (2274-2260 a. C), o terceiro sucessor de Sargão, que relata a compra, por parte do rei, de aproximadamente 330 hectares de terra arável a noventa e oito pessoas particulares, pelo preço de cerca de 150 kg de prata.⁽⁶⁹⁾ Toda esta terra comprada foi distribuída a quarenta e nove cidadãos, provavelmente para recompensá-los por serviços prestados à administração central. Esta esteira mostra, pois, que os reis sargónicos respeitavam a propriedade de seus cidadãos e quando precisavam de novas terras deviam indemnizar seus antigos proprietários.

4. Período da III Dinastia de Ur⁽⁷⁰⁾

Após a morte do último rei da dinastia sargónica, Sarrikalisarri, em 2198 a. C a Baixa Mesopotâmia assistiu a uma época de decadência e anarquia seguida da dominação dos bárbaros gútios. A dominação estrangeira durou até, aproximadamente, 2116 a. C., quando Utu-Hengal, rei de Uruk, derrotou Tiriqan, último rei gútio, e libertou a região. Mas foi Urnammu, rei de Ur, quem assumiu a liderança da região e fundou um império conhecido como III Dinastia de Ur ou império neo-sumério (2113-2004 a. C.). Trata-se de uma época ricamente documentada com mais de trinta e cinco mil textos de carácter legal, administrativo e epistolar. Esta abundante documentação mostra, que

com esta nova dominação do Sul há um retorno ao antigo sistema económico. Urnammu devolve aos templos a administração dos campos desapropriados por Sargão.^{<71>} Mas o controlo final da economia estava nas mãos do rei, já que a responsabilidade administrativa da gestão dos campos dos diferentes templos do reino era do governante da cidade estabelecido pelo rei⁽⁷²⁾. As terras estavam, como antes, divididas em três partes: as terras administradas pela administração central (GÁNA.NI.EN.NA: cerca de 77%), terras do tipo SUKU (cerca de 25%) e terras alugadas a particulares (GÁNA.APIN.LÁ: cerca de 8 %).^{<73>}

A documentação dessa época é, predominantemente, originária do Sul da Baixa Mesopotâmia e é, quase exclusivamente, proveniente de arquivos institucionais. Essas fontes mostram uma economia bastante centralizada e monopolizada pelo palácio, que controlava a produção agrícola, a industrial e o comércio.^{<74>} Numa economia deste tipo não havia muito espaço para a iniciativa privada.⁽⁷⁵⁾ E, realmente, entre os milhares de contratos desta época não se encontra nenhum que registre a venda de campos cerealíferos entre particulares. Os contratos de compra e venda entre particulares referem-se a pomares, casas e pessoas. Trata-se, naturalmente, de um *argumentum ex silentio*, que pode ter razões diversas, entre as quais uma proibição de comércio com campos.^{<76>} Não parece uma prova convincente da existência de campos particulares o uso do sumerograma A.SÀ seguido de um nome próprio.⁽⁷⁷⁾ Esta expressão pode indicar um outro tipo de posse, como por exemplo o usufruto de um campo SUKU.

Diante do poderio económico do palácio e dos templos, os grandes proprietários fundiários deste período, as possibilidades económicas dos pequenos produtores eram bastante limitadas. A economia integrada de templos e palácio dominava não só a produção de alimentos⁽⁷⁸⁾, mas também a criação de animais^{<79>} e o comércio a longa distância⁽⁸⁰⁾. As inúmeras listas de rações distribuídas entre trabalhadores rurais do poder central mostra, com clareza, que a maior parte da população activa dependia de alguma maneira dos templos e do palácio.⁸¹¹ Além de rações, os funcionários mais importantes recebiam, também, o usufruto de parcelas de terra (SUKU).

Ao lado da vasta documentação do setor público, existem, também, documentos legais, embora em escala bem menor, provenientes de arquivos privados.⁽⁸²⁾ Estes textos testemunham, sem dúvida, a actividade de pessoas privadas durante Ur III. Trata-se em sua grande maioria de recibos de empréstimos, mas um segundo grupo de textos oferece, também, contratos de compra e venda de escravos, casas, pomares e animais. Nenhuma venda de campos cerealíferos é teste-

munhada. As causas desta falta de contratos relativos à venda de campos são desconhecidas; qualquer tentativa de resposta não passa de uma mera hipótese de trabalho. Pode-se, contudo, apontar alguns indícios na documentação conhecida que levam o estudioso a aceitar a possibilidade de propriedade privada de campos neste período. Em primeiro lugar pode-se mencionar os contratos de arrendamento de campos entre pessoas particulares.^{*83*} Embora muitos destes campos arrendados possam ser campos do tipo SUKU, cujo direito de propriedade permanecia no palácio, outros eram, certamente, propriedade das pessoas mencionada nos contratos como arrendadores dos campos em questão. Os testamentos e possíveis reivindicações provenientes de heranças fornecem, também, novos elementos para uma melhor compreensão do direito de propriedade fundiária durante Ur III. Um documento de Umma, redigido durante o reinado de Amar-Sín (ca. 2045-2037 a. C.) relata um processo de reivindicação de um campo cerealífero presenteado pelo rei a um tal Urgigira e herdado por seu filho^{<84>}. O direito de propriedade deste campo parece ter sido contestado por funcionários do palácio e o processo decide em favor do proprietário.

Um interessante elemento para a discussão sobre a propriedade privada de campos no período Ur III pode ser fornecido pela coleção do direito incorporada à estela de Ur-Nammu.^{<85>} No § 31 é determinado que se um homem inunda o campo de um outro homem deverá medir 3 GUR de grão por cada IKU de campo e a mesma pena é imposta a um homem que alugou o campo de um outro, foi negligente e deixou o campo baldio.⁽⁸⁶⁾ O direito consuetudinário vigente parece, pois, aceitar campos em mãos de particulares durante Ur III.

5. O período babilónico antigo⁽⁸⁷⁾

No fim do terceiro milénio, pelo ano 2000 a. C, os exércitos elamitas assediaram, invadiram e destruíram a cidade de Ur e acabaram com um império que durante mais de um século fora o factor de unidade e de centralização do poder na Baixa Mesopotâmia. O espaço de poder vazio deixado após a retirada dos elamitas foi, inicialmente, preenchido por Isbi-Erra, fundador da dinastia de Isin, estabelecida na cidade de mesmo nome, situada na Mesopotâmia Central. Isbi-Erra era de origem nómada, de grupos semitas ocidentais, denominados amoritas, que se tinham infiltrado, paulatinamente, na planície do aluvião mesopotâmico. Além da cidade-reino de Isin, os amoritas estabe-

leceram-se, também, em outras localidades vizinhas criando novos centros políticos autónomos como Eshnunna, Kis, Der, Sippar, Dilbat, Babel, a norte, e Larsa, Nippur, Kisurra e Kutalla ao sul, bem como Mari, a noroeste, e Assur, no extremo norte. Os amoritas criaram diversas cidades-reino, como Assur, Isin, Larsa, Eshnunna, Mari e Babel, entre outras, que se alternaram no exercício da hegemonia na região. As profundas mudanças políticas realizadas entre o fim do século XX e os meados do séc. XVIII a. C. foram acompanhadas de significativas transformações na estrutura sócio-económica da Baixa Mesopotâmia.⁽⁸⁸⁾ A documentação proveniente tanto do Sul como do Norte da Mesopotâmia é muito rica neste período.^{*89*}

Em relação ao regime de propriedade de imóveis no período babilónico antigo a documentação parece mostrar uma continuidade da dicotomia entre o Sul e o Norte já detectada na documentação dos períodos anteriores. No tocante ao Sul da região, a documentação datada da primeira metade do século XVIII a. C. é a mais expressiva. Conhece-se, hoje, cerca de 250 contratos de compra e venda provenientes de Ur⁽⁹⁰⁾, Larsa⁽⁹¹⁾ e Kutalla⁽⁹²⁾. A maior parte destes textos trata da venda de casas e pomares e apenas cerca de 10% registam negociações com campos.

Na antiga Babilónia o contrato de venda de uma propriedade era redigido da perspectiva do comprador e servia-lhe como título de propriedade.⁽⁹³⁾ No acto de compra a tábua de argila com o texto do contrato era entregue ao comprador que a depositava em seu arquivo privado e, em casos de dúvida ou de reivindicações, servia-lhe de comprovante de propriedade. Os antigos títulos de propriedade, denominados em acádio *tuppât ummatim*, eram, ao que parece, igualmente entregues ao novo proprietário.⁽⁹⁴⁾ Em casos de troca de propriedades eram redigidos dois exemplares do contrato de troca que deviam ser conservados nos arquivos dos dois contraentes.⁽⁹⁵⁾ Nos processos de divisão de herança, cada herdeiro recebia, certamente também, os respectivos documentos de propriedade dos bens que lhe tinham sido destinados como herança.⁽⁹⁶⁾ Os contratos de compra e de troca de propriedades bem como os contratos de arrendamento de terras e os testamentos junto com a documentação provenientes de arquivos institucionais constituem documentos importantes da vida jurídica e económica da antiga Babilónia, que certamente poderão ajudar o estudioso a traçar a história económica da região.

Entre os contratos originários de arquivos privados do Sul, os de Larsa oferecem um bom paradigma para o estudo da temática deste artigo.⁽⁹⁷⁾ Entre os cerca de cento e cinquenta contratos imobiliários,

vale a pena concentrar a atenção em um grupo de cento e vinte e oito agora publicados em português.⁽⁹⁸⁾ Neste grupo noventa e oito registram compras de imóveis. A maior parte deles refere-se à compra de imóveis descritos como É.DÛ.A, literalmente “casa construída” que indicam, certamente, um terreno com uma casa nele construída.^{199*} Um outro tipo de propriedade muito negociada é descrito como KISLAH (KI.UD), cujo significado não se pode determinar sempre com exactidão.⁽¹⁰⁰⁾ Alguns contratos registam, também, a venda de pomares, descritos pelo sumerograma GIS.KIRI₆ usados principalmente para o cultivo da tâmara.⁽¹⁰¹⁾ Os campos destinados ao cultivo de grãos, especialmente da cevada, base da alimentação e da economia da Baixa Mesopotâmia, são descritos pelo sumerograma A.SÂ.⁰⁰²⁾ Entre os noventa e oito contratos encontram-se apenas seis que negociam terrenos descritos como A.SÂ.⁰⁰³⁾ Trata-se, sem dúvida, de uma cifra bastante irrelevante diante do número de propriedades negociadas, apenas seis, 12% do total. Note-se, contudo, que apenas em dois casos o contrato regista a venda de um A.SÂ sem maiores determinações.^{004*} As dimensões desses dois campos são insignificantes dentro do contexto económico da cidade de Larsa, o primeiro media 2 IKU e 1 SAR, aproximadamente 7.236 m² e o segundo 14 IKU, cerca de 5, 04 hectares. Calcula-se, hoje, que um campo de 1 BUR, cerca de 6,48 hectares, produzia no período babilónico antigo cerca de 6000 litros de cevada, e uma família média de cinco pessoas precisava para se alimentar de 2.160 litros ao ano, numa proporção de sessenta litros ao mês para o pai de família e trinta para os demais membros.⁽¹⁰⁵⁾ Dentro desta proporção, e levando em consideração o tempo necessário de alqueive de um campo, pode-se concluir que uma família de cinco pessoas precisava de um campo de 14 IKU para poder subsistir. Originários de um arquivo privado de Larsa a assiriologia conhece, também, dezanove documentos de divisão de bens patrimoniais em heranças e nesses apenas três incluem campos na massa de bens a ser dividida⁰⁰⁶¹; nos outros textos os bens divididos são casas, pomares, terrenos baldios, etc.⁽¹⁰⁷⁾

Nas outras cidades do Sul da Mesopotâmia observa-se a mesma tendência. Assim, em mais de cem contratos provenientes de Ur⁰⁰⁸⁾ e Kutalla^{<109)} apenas três, redigidos em Ur, registam compra de campos⁰¹⁰⁾, e em pelo menos dois deles o sumerograma A.SÂ recebe uma ulterior determinação.^{011•}

Existem, ainda, bons testemunhos de transacções com propriedades fundiárias em documentos de Nippur e de Kisurra, cidades situadas na Babilónia Central. Dos cerca de cento e dezasseis contratos de

transacções imobiliárias de Nippur, cinquenta e nove registam a venda de casas, onze a venda de pomares e quarenta e seis a venda de campos qualificados de A.SÂ.⁽¹¹²⁾ Já entre os dezassete contratos de venda de campos de Kisurra⁽¹¹³⁾ nota-se, novamente, a tendência de determinar o sumerograma A.SÂ com alguma qualificação ulterior.*¹¹⁴⁾

Bastante diferente é o quadro oferecido pela documentação proveniente do Norte da Baixa Mesopotâmia. Nota-se nela a mesma tendência já presente nos períodos anteriores. Os contratos de transacções com campos cerealíferos são substancialmente mais extensos e mais numerosos. Um exemplo bem representativo dessa região é, sem dúvida, a cidade de Sippar.^{<115)} De entre duzentos e sessenta contratos de venda de imóveis, noventa e sete registam venda de campos. Destes, quinze não estão datados e devem ser, provavelmente, atribuídos ao período pré-hammurabiano⁽¹¹⁶⁾, os oitenta e dois restantes, devidamente datados, podem ser divididos na seguinte proporção: 50% no período pré-hammurabiano, 44% no reinados de Hammurabi (1792-1750 a. C. - 20 contratos) e de Samsu-iluna 1749-1712 a. C. - 19 contratos), 6% entre os reinados de Abi-esuh (1711-1684 a. C. - um contrato), Ammiditana (1683-1647 a. C. - dois contratos) e Ammisaduqa (1646-1626 a. C. - um contrato).

Este quadro repete-se em outras cidades do Norte, como em Dilbat e na região do Diyala.⁽¹¹⁷⁾ A documentação existente mostra, claramente, uma desproporção nítida entre o número de contratos de venda de campos provenientes do Norte e do Sul. No sul em um total de cerca de duzentos e quarenta contratos de venda de imóveis, apenas treze registam vendas de campos cerealíferos; já no Norte, de trezentos e quarenta contratos imobiliários cerca de duzentos e cinquenta consignam vendas de campos destinados à plantação de grãos.⁽¹¹⁸⁾

A análise da documentação do período babilónico antigo mostrou, outrossim, que a partir do reinado de Hammurabi começa a diminuir o número de contratos de venda de campos e a aumentar, sensivelmente, os contratos de arrendamento de campos. Sobre os motivos desta mudança de tipologia nos contratos pode-se, apenas, levantar hipóteses.^{<119)}

Os arquivos institucionais mostram, contudo, que os grandes proprietários fundiários eram, como em períodos anteriores, o palácio e os templos.⁽¹²⁰⁾ Os arquivos públicos de Ur são um exemplo bastante ilustrativo desta predominância económica das grandes instituições.*^{121*} O aparecimento de monarcas como Rím-Sín em Larsa e Hammurabi em Babel, que criaram verdadeiros impérios, contribuiu, ainda mais,

para acentuar o predomínio do palácio na economia da região. Os inúmeros textos administrativos e legais bem como as cartas^{<122>} provenientes dos arquivos palacianos distinguem três tipos de propriedades fundiárias. O A.SÀ SUKU, agora conhecido na língua acádica como *sukúsur*^{2 3'}, cujo usufruto o palácio entregava a muitos de seus funcionários como pagamento pelos serviços públicos prestados; o *eql biltim*, expresso geralmente pelo sumerograma A.SÀ GÚ.UN, que indicava os campos que o palácio arrendava a particulares e, finalmente, o *eqlum sa rês ekallim ukallu*, literalmente, «campo que esta à disposição do palácio». Este último tipo de propriedade indicava os campos que o palácio tinha em reserva para suas necessidades e explorava-os quer em própria regia quer dividindo-os em grandes parcelas e entregando-os a arrendatários especiais, os ENSÍ/issa/c/a//77⁽¹²⁴⁾. Serviam de intermediários nos «negócios» do palácio⁽¹²⁵⁾ ligados por um contrato em que se obrigavam a pagar ao palácio uma determinada quantia fixada *a priori* ou por uma avaliação da provável produção dos campos em questão.⁽¹²⁶⁾ Os *issakku* agiam como verdadeiros «empreiteiros» e podiam trabalhar os campos com seu próprio pessoal ou arrendá-los a terceiros.⁽¹²⁷⁾ O palácio usava, também, os préstimos de intermediários na criação de seus rebanhos, na exploração da pesca, na prestação de serviços, etc.⁽¹²⁸⁾ Durante o período babilónico antigo a presença do palácio e do rei na economia era, pois, bastante marcante. Como maior proprietário fundiário, com grandes rebanhos e controlando todo o sistema de irrigação artificial o palácio era, praticamente, o grande empregador. Toda a população babilónica dependia, de uma ou de outra maneira, do palácio. Em casos de crises económicas era o rei quem intervinha com seus decretos para apaziguar possíveis conflitos sociais e regulamentar o funcionamento da economia.⁽¹²⁹⁾ As colecções do direito cuneiforme desta época mostram, também, o papel moderador do rei na sociedade e na economia da região.⁽¹³⁰⁾

6. Considerações finais

A análise da abundante documentação mesopotâmica mostrou que, desde o começo da urbanização no terceiro milénio, os grandes proprietários fundiários da região eram as grandes instituições, representadas pelos templos e pelo palácio. Eles eram, por isso, os grandes produtores de alimentos e controlavam a economia da região. A região do aluvião babilónico precisava, para poder produzir alimentos,

de um eficiente sistema de irrigação artificial. A evolução da urbanização e o aumento da população, com a conseqüente necessidade de aumentar as áreas de produção, exigiram, cada vez mais, o aumento das áreas irrigadas e um esforço de construção de novos canais de irrigação. Estes trabalhos hidráulicos só podiam ser empreendidos pelas Grandes Organizações e, especialmente, pelo palácio. E isto fazia com que toda e qualquer produção agrícola dependesse de uma ou de outra maneira do palácio. Para poder responder, pois, correctamente à questão do direito de propriedade na antiga Babilônia é necessário que o historiador tenha diante dos olhos as características próprias da economia babilônica e não introduza, nela, uma problemática moderna determinada pela economia de mercado vigente no mundo moderno.⁽¹³¹⁾

Como já foi dito acima, toda a vida económica da aldeia neolítica realizava-se dentro da grande família. Essa administração familiar do tipo *oikos* (sumério: *É*, acádico: *bftum* = casa) constituiu, certamente, o elemento estrutural básico da economia babilônica desde o fim do quarto milénio até ao começo do segundo milénio.⁽¹³²⁾ Como afirma Renger, «key elements in such an ideal-type of household economy are the unity of labor, living together within a household, and consumption where there are no prices, no wages, no rent, no profit or capital».⁽¹³³⁾ O *oikos* tornou-se, assim, o centro do sistema de retribuição, que possibilitava à população o acesso às necessidades básicas e era característico desse tipo de economia. No processo de urbanização a administração do *oikos* passou da grande família inicialmente para o templo e depois para o palácio, que constituíam o que Oppenheim denominou as Grandes Organizações.⁽¹³⁴⁾ Era, agora, o grande *oikos* (*É.GAL*) que controlava a economia da Mesopotâmia.⁽¹³⁵⁾

A abundante documentação acima analisada mostrou que os grandes proprietários fundiários desde o período pré-dinástico eram os templos. A cidade-estado suméria era, economicamente, controlada pelo templo do deus principal da cidade, sem que isto indicasse um sistema teocrático.^{*136*} A partir do período sargónico o palácio assume a liderança económica do reino. Torna-se, cada vez mais, o grande proprietário de campos produtivos, de rebanhos e passa a controlar a exploração de recursos naturais. A III Dinastia de Ur chega a um alto grau de centralismo político e económico. No período babilónico antigo surge um novo elemento na economia palatina: a tendência de conceder a pessoas da elite ou a altos funcionários em algum tipo de *franchises* a exploração de actividades económicas no campo da produção agro-pecuária, da exploração de recursos naturais e de prestação de serviços, como armazenamento e venda dos produtos.⁽¹³⁷⁾ Os

intermediários desses «negócios do palácio» eram ligados por um contrato em que assumiam os riscos do negócio e se comprometiam a reembolsar o palácio com uma determinada parte da produção.⁽¹³⁸⁾ Os arquivos de dois desses intermediários, Sêp-Sîn e Balmunamhe, ilustram bem a importância de sua participação no desenvolvimento da economia palatina.^{o39)}

Os primeiros textos redigidos logo após a invenção da escrita,^{040*} mostraram, também, a existência do direito à propriedade fundiária fora da administração institucional. Durante o período neolítico parece ter sido a grande família extensa dentro das comunidades aldeãs a proprietária das terras produtivas e dos rebanhos. Depois da criação da cidade o centro económico passou aos templos. Mas diversos contratos do período proto-dinástico e sargónico atestam que famílias e pessoas privadas tinham o direito de vender, comprar e alugar terras produtivas como campos e pomares. Pelas medidas dos imóveis negociados parece que a economia «privada»^{041'} mantinha-se em um nível de subsistência. Os pequenos produtores não representavam, pois, um poder económico diante do Estado.⁽¹⁴²⁾ Durante o império da III Dinastia de Ur a documentação silencia em relação a negócios com campos, mas atestam a propriedade de pomares e casas por particulares. Durante o período babilónico antigo reaparecem contratos de venda de campos cerealíferos.

A análise da documentação proveniente de arquivos privados mostra uma diferença marcante entre o Norte e o Sul da Baixa Mesopotâmia em relação ao sistema de propriedade em todos os períodos da história económica da região. No Sul, de maior influência suméria, o número de contratos que registam transacções com campos entre particulares é, relativamente, pequeno, enquanto que os contratos de venda de campos cerealíferos provenientes de localidades do Norte são em número bem superior comparado ao total de contratos. A mesma proporção vale para o tamanho dos campos negociados. Esses indícios conjugados parecem permitir a conclusão de que o regime de propriedade de terras no norte era diferente daquele vigente no Sul, sob forte influência da economia templária. Mas tanto os templos quanto o palácio necessitavam da mão de obra dos cidadãos para tornar produtivas suas propriedades. Pelos serviços prestados às Grandes Instituições o pequeno produtor e o trabalhador rural eram remunerados com o pagamento de rações alimentares e com parcelas de terra (*Suku*) cedidas em usufruto aos dependentes da administração institucional. Para os funcionários mais graduados prevalecia o sistema de distribuição de parcelas mais substanciais de terra dentro

do sistema *Suku*. Durante o período babilónico antigo a participação de intermediários particulares, que agiam como verdadeiros empreiteiros nos negócios do palácio é ainda mais decisiva. Estes intermediários eram escolhidos entre membros da elite da sociedade.

Diante, pois, da evidência fornecida pela documentação pode-se concluir que o direito babilónico permitia a apropriação de terras produtivas por parte de pequenos produtores, mas essa produção permanecia dentro dos limites da subsistência. Os grandes proprietários fundiários eram os templos e o palácio. Eles controlaram e determinaram a economia da Baixa Mesopotâmia desde o terceiro milénio da era pré-cristã.

Notas

<1> Cfr. RENGER, J., *On Economic Structures in Ancient Mesopotamia*, *Orientalia* N.S. 63(1994) 157-208; NISSEN, H. J., *Grundzüge einer Geschichte der Frühzeit des Vorderen Orients*, Darmstadt 1983; MELLAART, J., *The Neolithic of the Near East*, London 1975.

(2) Para o estudo da história dessa região cfr. LIVERANI, M., *Antico Oriente. Storia, Società, Economia*, Roma-Bari 1988; POSTGATE, J. N., *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*, London/New-York 1992

<3> Cfr. FINLEY, M., *A Economia Antiga*, Porto 1986, pp. 19-43. Segundo Finley esse foi o modelo típico das economias antigas tanto pré-clássicas como clássicas. Cfr. tb. NEUMANN, H., *Die sogenannte Oikos-Ökonomie und das Problem der Privatwirtschaft im ausgehenden 3. Jahrtausend v. Chr. In Mesopotâmia*. In: HAUSLEITER, A., KERNER, S. und MÜLLER-NEUHOF, B., *Material Culture and Mental Spheres*, AOAT 293, Münster 2002, pp. 273-281

(4) Cfr. GRÉGOIRE, J.-R., *L'Origine et le Développement de la Civilisation Mésopotamienne du Troisième Millénaire avant notre ère*, em C.-H., Breteau etc. (org.), *Production, Pouvoir e Parenté dans le Monde Méditerranéen de Sumer à nos jours*, Paris 1981, pp. 50s.

<5> Cfr. DIAKONOFF, I. M., *The Rural Community in the Ancient Near East*, *JESHO* 18 (1975) 121-133; idem, *Structure of Society and State in early dynastic Sumer*, Los Angeles 1974, p. 8.

(6) Cfr. FLANNERY, K. V., *Origins and Ecological Effects of Early Domestication in Iran and Near East*, em: UCKO, P. J. and DIMBLEBY, G. W. (eds.), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, London 1969, p. 92.

<7> Cfr. GRÉGOIRE, J.P., *L'Origine*, p. 57.

(8) Cfr. NISSEN, H.J., *Grundzüge*, p. 49s.

<9> Cfr. LIVERANI, M., *L' Origine delle cita*, Roma 1986, p. 47-64; CHERVÁT, P., *Ancient Mesopotâmia*, Prague 1993, p. 124-212.

<10> Cfr. GRÉGOIRE, J. P., *L'Origine*, p. 61; ADAMS, R. Me C. und NISSEN, H. J., *The Uruk Countryside: The Natural Setting of Urban Societies*, Chicago 1972.

<11> Cfr. KRAMER, S. N., *The Sumerians*, Chicago 1964, pp. 73-111; PETTINATO, G., / *Sumeri*, Bari-Roma 1991, pp. 96-134; LEBEAU, M., *Esquisse d'une histoire de la Haute Mesopotamie au debut de l'Age du Bronze*, ZA 80 (1990) 241-296.

(12) Cfr. BOUZON, E., *O Templo, o Palácio e o Pequeno Produtor na Baixa Mesopotâmia pré-sargônica*, CADMO 4/5 (1994-1995) 29-51.

<13> Cfr. BOUZON, E., *O Templo e o Palácio*, p. 20.

<14> Cfr. NISSEN, H. J., DAMEROW, P., ENGLUND, R. K., *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Vorderen Orient*, Bad Salzdetfurth 1991. Sobre a origem e natureza da escrita cuneiforme cfr. Glassner, J.J.,

<15> Cfr. DIAKONOFF, I. M., *The Rural Community*, pp. 121-133.

(16) L. Oppenheim denominou esses novos polos decisórios de "The Great Organizations". Cfr. OPPENHEIM, L., *Mesopotamia. Portrait of a Dead Civilization*. Chicago-London 1964, pp. 95-109.

<17> Cfr. STEINKELLER, P., *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II*, *Das Grundeigentum in Mesopotamien*, Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband, Berlin 1988, pp. 11-19; PETTINATO, G., *I Sumeri*, p. 252; BOUZON, E., *O Templo, O Palácio*, p. 37.

(18) Cfr. RINGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership or Possession of Arable Land in the Ancient Mesopotamia from the End of the fourth to the End of first Millennium B.C.*, Symposium on Ancient Law, Economics & Society, Law Review 71 (1995) p. 278.

(19) Cfr. GELB, I. J., *On the Alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia*, Studi in onore di Edoardo Volterra, Bd VI, Milano 1969, pp. 137-154; NEUMANN, H., *Zum Problem des privaten Bodeneigentums in Mesopotamien* (3. Jt. v.u.Z.), Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband, pp. 29-37.

(20) Para uma visão da história desse período cfr. LIVERANI, M., *Antico Oriente*, pp. 164-200; HALLO, W. H. and SIMPSON, W. K., *The Ancient Near East*, San Diego etc. 1971, pp. 27-54; BAUER, J., ENGLUND, R. K., KREBENIK, M., *Mesopotamien. Späturuk-Zeit und Frühdynastische Zeit*, Freiburg - Göttingen 1998, pp. 431-494; GLASSNER, J. J., em LEVÉQUE, P., *Les Premières Civilisations*, Paris 1987, pp. 239-249. Cfr. tb., LAMBERT, M., *La période présargonique*. *Revue d'Assyriologie*, 8 (1952) 57-77; 9 (1953) 198-213; 10 (1954) 150-190.

(21) Esse governante não era, necessariamente, um sacerdote, mas era sempre considerado como o representante do deus principal da cidade e governava em nome desse deus. Recebia diferentes títulos de acordo com a cidade em questão. Em Uruk era chamado EN, em Ur e Kis, LUGAL, em Lagas e na maior parte das outras cidades de ENSÍ.

(22) Cfr. GELB, I. J., *Household and Family in Early Mesopotamia*, em: LIPINSKI, E., *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, vol. I, OLA 5, Leuven 1979, pp. 1-97.

(23) Cfr. STEINKELLER, P., *Grundeigentum in Babylonien*, p. 12s.

<24> Cfr. NISSEN, H. J., DAMEROW, P., ENGLUND, R. K., *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Orient*, pp. 76-105.

(25) Cfr. SCHNEIDER, A., *Die Anfänge der Kulturwirtschaft. Die sumerische Tempelstadt*, Essen 1920. Mais tarde, em 1931, Deimel publicou os textos de Lagas com o título: *Sumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginas und seiner Vorgänger*, *Analecta Orientalia* 2, Roma 1931.

(26) Cfr. DEIMEL, A., *Sumerische Tempelwirtschaft*, pp. 71-113. Deimel apresenta, aqui, um ótimo resumo da teoria da cidade-templo.

(27) Sabe-se, hoje, que a expressão É.BAÙ indica uma instituição dirigida, provavelmente, pela esposa do ENSÍ de Lagas. Cfr. MAEKAWA, K., *The Development of the É.MÍ in Lagash during Early Dynastic III*, Mesopotamia vol. 8-9, Roma 1973-1974, pp. 77-144; B.A. Foster, *A New Look at the Sumerian Temple State*, JESHO 24(1981) 225-241.

(28) Cfr. BAUER, J., *Altsumerische Wirtschaftstexte aus Lagash*, Rome 1972; SELZ, G. J., *Altsumerische Verwaltungstexte aus Lagas. Die Altsumerische Wirtschaftsurkunden der Eremitage zu Leningrad*, FASOS 15, 1, Stuttgart 1989.

(29) Cfr. FALKENSTEIN, A., *La cité-temple sumérienne*, Cahiers d'Histoire Mondiale 1(1954) 784-814.

(30) Cfr. DIAKONOFF, I. M., *Structure of Society and State in Early Dynastie Sumer*, Los Angeles 1974, p. 6s.

(31) Para uma visão crítica desta tese cfr. NISSEN, J., *Die "Tempelstadt": Regierungsform der frühdynastischen Zeit in Babylonien?*, em: KLENGEL, H. (ed.), *Gesellschaft und Kultur im alten Vorderasien*, Berlin 1982, pp. 195-200; FOSTER, B. A., *A New Look at the Sumerian Temple State*, JESHO 24 (1981) 225-241; PETTINATO, G., *Il Binomio tempio-estato e l'economia della segunda dinastia de Lagash*, Oriens Antiquus 7 (1968) 39-50.

<32> Cfr. POWELL, M. A.. *Texts from the Time of Lugalzagesi: Problems and Perspectives in their Interpretation*, Hebrew Union College Annual 49, Cincinnati 1978, pp. 1-58.

(33) Cfr. GELB, I. J.. *On the Alleged Temple and State Economies*, p. 141.

(34) Sobre os kudurrus cassitas cfr. BRINKMAN, *Art. «Kudurru»*, em *Reallexikon der Assyriologie*, vol. 6, pp. 267-274. Os kudurrus da época cassita e pós-cassita registavam dádivas de terra dos reis a altos funcionários da administração cassita ou representavam documentos de imunidade fiscal.

<35> Cfr. DIAKONOFF, I. M., *Oikumene* 3(1975) p. 15: the Kassite and post-Kassite kudurru were usually grants of land and / or charters of immunity, while the Sammelurkunden of the 3. Millenium B.C. are deeds of purchase."

(36) A melhor e mais recente edição desses textos é a de GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurrus*, OIP 104, Chicago 1991.

<37> Cfr. NISSEN, H. J., DAMEROW, P., ENGLUND, R. K., *Frühe Schrift und Techniken*, pp. 158-168.

(38) Sobre as diversas tipologías de documentos desta natureza cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R.M.Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 199-203.

<39> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 213-228.

(40) A expressão usada é, geralmente, SÁM x GÍN KÙ.BABBAR . . . KÙ: "o preço de x siclos ele recebeu (literalmente "ele comeu").

(41) Cfr. p. ex.: a estátua de Lupada, escrita em sumério e proveniente de Girsu no período de Fara, e a tábuca de Lummatu, também de Girsu e em sumério, datada o período proto-dinástico IIIb em GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 72 e 75; cfr. tb. EDZARD, D. O., *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III Dynastie von Ur*, München 1968, pp. 181-183; 185-191.

<42> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 15-20.

<43> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25.

(44) Assim aparecem entre os compradores funcionários intitulados de LUGAL, ENSÍ, EN etc. Cfr. a lista com as profissões dos compradores e vendedores elencados nesses documentos coletivos em GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 18-20. É interessante notar, contudo, que em um desses "*Sammelurkunden*" proveniente de Adad, região mais perto do norte, aparece um SIMUG, "ferreiro", como comprador. Parece tratar-se, contudo, do único exemplo.

(45) Cfr. DEIMEL, A., *Wirtschaftstexte aus Fara*, Leipzig 1924; KRECHER, J., *Neue sumerische Rechtsurkunden des 3. Jahrtausends*, ZA 43 (1974) 145-271; EDZARD, D. O., *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III. Dynastie von Ur*, München 1968. A edição mais completa e mais recente destes textos é GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure System in the Near East*, Chicago 1991.

(46) Para a tradução portuguesa de um contrato de compra de um campo, do período de Fara, que pode oferecer um bom exemplo deste tipo de contratos cfr. BOUZON, E., *Os modos de produção na Baixa Mesopotâmia do terceiro e segundo milênios da era pré-cristã*, em: CARDOSO, C. F., (org.), *Modo de Produção Asiático. Nova visita a um velho conceito*, Rio de Janeiro 1990, pp. 28-29.

(47) Cfr. CHARPIN, D., *Transmission des Titres de Propriété et Constitution des Archives Privées en Babylonie Ancienne*, em VEENHOF, K. R. (org.), *Cuneiform Archives et Libraries*, Leiden 1986, pp. 121-140.

<48> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 13: "The linguistic distribution of sale documents presents a less varied picture than that of the kudurrus. All forty-two Fara sale documents from Shuruppak (including one found at Uruk), all twenty Pre-Sargonic sale documents from Lagash, and one sale document from Adab are written in Sumerian. The exception is the Pre-Sargonic text no. 156a, which is of unknown provenience and is written in Akkadian."

(49) Cfr. a lista de nomes dos compradores e vendedores elencados nas tábuas de argila em GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 19-20.

(50) Cfr. LIVERANI, M., *Antico Oriente*, pp. 232-264 ; BOTTÉRO, J., *Das erste semitische Grossreich*, em: Fischer Weltgeschichte, v.2: Die Altorientalischen Reiche, I, Frankfurt 1965, pp. 91-128.

(51) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal, and Individual Ownership or Possession*, p. 284s.

(52) Cfr. NISSEN, H. J., *Grundzüge*, p. 172s.

(53) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 281.

(54) Cfr. FOSTER, B. R., *Administration and Use of Institutional Land in Sargonic Sumer*, Copenhagen 1982, pp. 225-241.

(55) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 281.

(56) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 281.

(57) Cfr. WESTENHOLZ, A., *The Sargonic Period*, em: ARCHI, A., (ed.), *Circulation of goods in non-palatial Context in the Ancient Near East*, Roma 1984, pp. 17-30.

(58) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 282

(59) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 283.

(60) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 283.

<61> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurru*, OIP 104, Chicago 1991.

(62) Destes quatorze, doze estão escritos em acádio e dois em sumério.

(63) Destes, setenta e um estão escritos em sumério e, apenas, vinte em acádio.

(64) Do norte da Babilônia, da região do Diyala e da Assíria.

(65) Nippur, Isin, Adab, Suruppak, Umma e Lagas.

<66> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25.

(67) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 282.

<68> Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25.

(69) Cfr. GELB, I. J., STEINKELLER, P., WHITING, R. M. Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 116s.

(70) Para uma visão da história do período Ur III cfr. LIVERANI, M., *Antico Oriente*, pp. 265-291; EDZARD, D. O., *Das Reich der III. Dynastie von Ur und seine Nachfolgestaaten*, Fischer Weltgeschichte I: Die Altorientalischen Reiche, pp. 129-164.

(71) Cfr. KRAUS, F. R., *Die Provinzen des neusumerischen Reiches von Ur*, *Zeitschrift für Assyriologie*, 51(1955) 46-50.

<72> Cfr. WILCKE, C., *Zum Königtum in der Ur III-Zeit*, em: GARELLI, P., (ed.), *Le palais et la royauté, Archéologie et Civilisation*, Paris 1974, pp. 177-232.

(73) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, 285.

<74> Cfr. JONES, T. B.; SNYDERS, J. W., *Sumerian Economic Texts from the Third Ur Dynasty*, Minneapolis 1974; GRÉGOIRE, J. P., *Archives Administratives Sumériennes*, Paris 1970.

(75) Cfr. NEUMANN, H., *Zum Problem des privaten Bodeneigentums in Mesopotamien* (3. Jt.v.u.Z.), *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, Sonderband 1987, pp. 29-48.

(76) Cfr. GELB, I. J., *On the alleged temple and state economies*, p. 148.

(77) Cfr. SAUREN, H., *Wirtschaftsurkunden aus der Zeit der III. Dynastie von Ur im Besitz des Musée d'Art et d'histoire*, Roma 1974, n. 34 (a.sā da-gi₄-a "campo de Dagia), n. 41 (a-sā ku-dím-ma "campo do ferreiro"). Estes textos são de Lagas. Para outros exemplos cfr. FALKENSTEIN, A., *Die neusumerischen Gerichtsurkunden*, München 1956, n. 201, 2-3; 213,37; LEGRAIN, L., *Business documents of the third dynasty of Ur*, London 1937, n. 1364; HACKMAN, G.G., *Temples documents of the third Dynasty of Ur from Umma*, New Haven 1937, n. 266.

(78) Cfr. PETTINATO, G., *Untersuchungen zur neusumerischen Landwirtschaft*, Bd. 1, Napoli 1967; Idem, *Texte zur Verwaltung der Landwirtschaft in der Ur III-Zeit*, "Die Runden Tafeln", Rom 1969; MAEKAWA, K., *Cereal Cultivation in the Ur III Period*, *Bulletin of Sumerian Agriculture*, 1(1984) 73-96.

(79) Cfr. HRUSKA, B., *Das Drehen-Archiv und die Probleme der neusumerischen Viehwirtschaft* (BIN III; SACT I), *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae* 22 (1974) 91-101.

(80) Cfr. NEUMANN, H., *Handel und Händler in der Zeit der III. Dynastie von Ur*, *Altorientalische Forschungen* 9 (1979) 15-67; YOFFEE, N., *Explaining Trade in Ancient Western Asia*, *Monographs on the Ancient Near East* II/2, Malibu 1981.

⁽⁸¹⁾ Cfr. GRÉGOIRE, J. R., *Archives administratives sumériennes*, p. 233; WAEZOLDT, H., *Compensation of Craft Workers and Officials in the Ur III Period*, em: POWELL, M. A. (ed.), *Labor in the Ancient Near East*, New Haven 1987, pp. 117-141.

<⁸²> Cfr. FALKENSTEIN, A., *Die neusumerischen Gerichtsurkunden*, 3 vol., München 1956.

<⁸³> Cfr. NEUMANN, H., *Zum Problem der privaten Feldpacht in neusumerischer Zeit*, em: ZABLOCKA, J. and ZAWANDZKI, S., (ed.), *Sulmu IV: Everyday Life in Ancient Near East*, Poznań 1993, pp. 222-233.

⁽⁸⁴⁾ Cfr. FALKENSTEIN, A., *Die neusumerischen Gerichtsurkunden*, vol. II, n. 110, p. 181s.

⁽⁸⁵⁾ Para uma tradução inglesa desta estela também conhecida como “Código de Ur-Nammu” cfr. ROTH, M. T., *Law Collections from Mesopotamia and Asia Minor*, Atlanta 1997, pp. 13-22. Para uma discussão sobre a natureza do direito cuneiforme cfr. BOUZON, E., *Recht und Wissenschaft in der Redaktionsgeschichte der keilschriftlichen Rechtssammlungen*, em: DIETRICH, M. und LORETZ, O., *dubsar anta-men. Studien zur Altorientalistik*, Fs. W. H. Ph. Römer, Münster 1998, pp. 39-61.

<⁸⁶> Cfr. ROTH, M. T., *Law Collections*, p. 20s. Trata-se, pois, de um pagamento de 900 litros de grão por cada 3600 m² de campo.

⁽⁸⁷⁾ Para uma visão panorâmica da história desse período cfr. LIVERANI, M., *Antico Oriente*, pp. 317-426; EDZARD, D. O., *Die Altbabylonische Zeit*, em: Fischer Weltgeschichte, vol. 2: Altorientalische Reiche I, pp. 165-209; KLENGEL, H., *Hammurapi von Babylon und seine Zeit*, Berlin 1980.

<⁸⁸> Cfr. RENGER, J., *On Economic Structures in Ancient Mesopotamia*, *Orientalia NS* 63 (1994) 157-208.

⁽⁸⁹⁾ Cfr. RENGER, J., *Das Privateigentum an der Feldflur in der altbabylonischen Zeit*, *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, Sonderband, Berlin 1987, pp. 49-67; BOUZON, E., *A propriedade fundiária na Baixa Mesopotâmia durante o período paleobabilônico*, *CADMO* 1(1991) 11-30.

⁽⁹⁰⁾ Cfr. FIGULLA, H. H. and MARTIN, W. J., *Letters and Documents of the Old Babylonian Period*, UET 5, London 1953; MIEROOP, M. van de, *Society and Enterprise in Old Babylonian Ur*, Berlin 1992.

<⁹¹> Cfr. BOUZON, E., *Contratos Pré-Hammurabianos do Reino de Larsa*, Porto Alegre 2000.

⁽⁹²⁾ Cfr. CHARPIN, D., *Archives familiales et propriété privée en Babylonie Ancienne, Étude des Documents de Tell Sifr*, Genève 1980.

<⁹³> Cfr. CHARPIN, D., *Transmission des titres de propriété et constitution des Archives Privée en Babylonie Ancienne*, em: VEENHOF, K. R. (ed.), *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden 1986, pp. 121-140.

⁽⁹⁴⁾ Cfr. CHARPIN, D., *Transmission des titres*, p. 122.

⁽⁹⁵⁾ Cfr. CHARPIN, D., *Transmission des titres*, p. 129s.

⁽⁹⁶⁾ Cfr. CHARPIN, D., *Transmission des titres*, p. 132s.

⁽⁹⁷⁾ A tipologia destes contratos é, geralmente, constante apresentando os seguintes elementos: a) descrição das medidas e do tipo do imóvel; b) localização do imóvel; c) menção do nome do proprietário; d) menção do nome do comprador; e) fórmula de compra: IN.SI.SA₁₀ “ele comprou”; f) cláusulas finais; g) testemunhas; h) data. Cfr. BOUZON, E., *Contratos Pré-Hammurabianos do Reino de Larsa*, Porto Alegre 2000, p. 16s.

(98) Cfr. BOUZON, E., *Contratos Pré-Hammurabianos do Reino de Larsa*, Porto Alegre 2000.

(99) Cfr. DEIMEL, A., *Sumerisches Lexikon*, vol. 2, Roma 1930, n. 324,116, p. 569. Em relação a este sumerograma aparece, ainda, a venda de imóveis descritos como É.KI.SUB.BA “casa em ruínas”?; É.GAL.LAM “main room of a private house” ? (CAD E, p. 60); É.KI “terreno não cultivado”? ou simplesmente É. Cfr. tb. CHARPIN, D., *Archives Familiales*, p. 160s.

(100) Qfr. LANDSBERGER, B., *Materialien zum Sumerischen Lexikon*, vol. 5: The series HAR-ra= *hubullu*, tablets I-IV, Roma 1957, p. 20. As listas lexicográficas apresentam quatro correspondentes acádicos para o sumerograma KISLAH: *maskanum* = “threshing floor”; *nidûtum* = “a lot not built on uncultivated area”; *teriqtum* = “the empty area between the trees of date orchard used for growing crops”; *turbald* = “a kind of fallow ground”.

<101> Cfr. AHW, p. 485b; CAD K, p. 411b. Cfr. tb. COCQUERILLAT, D., *Aperçus sur la phéniciaculture en Babylonie à époque de la I ère dynastie de Babylone*, JESHO 10 (1967) 161-223.

(102) Qfr. DEIMEL, A., *Sumerisches Lexikon*, vol. IV, p. 1069, n. 579,355. O correspondente acádico é *eqlum*. Cfr. AHW, p. 231b; CAD, E, p. 249b.

<103> Cfr. BOUZON, E., *Os Contratos Pré-Hammurabianos*, p. 122 (§ 64); p. 134 (§ 73); p. 140 (§ 78); p. 146 (§ 82); p. 164 (§ 92); p. 167 (§ 94).

(104) Trata-se dos contratos VS 13,77 (Rîm-Sîn 35) e YOS 8, 143 (Rîm-Sîn 36). O comprador em ambos os casos é Ubar-Samas. Cfr. BOUZON, E., *Contratos Pré-Hammurabianos*, p. 140 e p. 146. Nos demais contratos o campo é classificado como A.SÂ SUKU “campo de sustento”, A.SÂ SE.GIS.I “campo destinado ao plantio do sésamo; A.SÂ KANKAL GIS.KIRIlg “campo baldio destinado à plantação de um pomar”, A.SÂ Ú.SAL “campo em uma várzea”.

(105) Cfr. RENGGER, J., *Das Privateigentum an der Feldflur*, p. 59.

(106) São os textos YOS 5, 106 do ano 38 de Rîm-Sîn, YOS 8,88 do ano 32 de Rîm-Sîn e TCL 11,206 do quinto ano de Samsu-iluna.

(107) Cfr. MATOUS, L., *Les contrats de partage de Larsa provenant des Archives d'Iddin-Amurum*, Archiv Orientalni 17 (1949) 142-173.

(108) Cfr. FIGULA, H. H., *Letters and documents of the Old Babylonian period*, Ur excavations texts (JET) 5, London 1953; FEIGIN, S. I., *Legal and administrative texts of the reign of Samsu-iluna* (YOS 12), New Haven 1979. Para a situação de Uruk, outra importante cidade do Sul, cfr. RENGGER, J., *Zu den Besitzverhältnissen am Ackerland im altbabylonischen Uruk*. Bemerkungen zu den Texten aus dem Archiv W 20038, 1-59, *Altorientalische Forschungen* 22 (1995) 157-159.

(109) Cfr. JEAN, Ch.-F., TELL SIFR, *Textes Cuneiformes conservés* au British Museum, Paris 1931; CHARPIN, D., *Archives Familiales et propriété privée en Babylonie ancienne*, Genève 1980.

<110> Cfr. FIGULA, H. H., *Letters and Documents*, n. 176; Feigin, S.I., n. 277; Jean, Ch.-F., Tell Sifr, n. 4.

<111> Em UET 5,176 trata-se de um A.SÂ KANKAL; em YOS 12,277 de um A.SÂ Ú.SAL. Em Tell Sifr, n. 4 não se pode determinar se depois do sumerograma havia alguma outra determinação, já que há uma lacuna neste lugar da tábuca.

(112) Cfr. RENGGER, J., *Das Privateigentum an der Feldflur*, p. 55.

<¹¹³> Cfr. KIENAST, B., *Die altbabylonischen Briefe und Urkunden aus Kisurra*, Wiesbaden 1978.

<¹¹⁴> Cfr. KIENAST, B., *Die altbabylonischen Briefe*, n.70 (A.SÀ GUG₄); n. 79 (A.SÀ GUG₄); n. 74 (A.SÀ GUG₄); n. 81(A.SÀ GUG₄); n. 83 (A.ÊÀ KANKAL); n.77 (A.SÀ GÀR); n. 71 (A.SÀ GUG₄); n. 80 (A.SÀ GÀR); n. 73 e 75 (A.SÀ SE «EN.LÍL); n. 72 (A.SÀ KANKAL); YOS 14, 319 (A.SÀ SE); CT 48,46 (A.SÀ KANKAL). Apenas em tres casos o imóvel negociado é expresso pelo sumerograma A.SÀ sem maiores especificações: KIENAST, B., *Die altbabylonischen Briefe*, n. 82; 84 e DIJK, J. van, *Texts in the Iraq Museum*, vol. V: Cuneiform texts, Old Babylonian contracts and related material, Wiesbaden 1968, n. 29.

(¹¹⁵) Sobre a historia demográfica, económica e social da cidade de Sippar cfr. HARRIS, R., *Ancient Sippar. A Demographic Study of the Old Babylonian City (1894-1595)*, Leiden 1975.

<¹¹⁶> Cfr. HARRIS, R., *Sippar*, p. 213: "We can assume that most of the 15 undated contracts belong to the pre-Hammurapi period since the purchase price is omitted, a practice typical of the early period".

(¹¹⁷) Cfr. RENGER, J., *Das Privateigentum an der Feldflur*, p. 56. Na cidade de Dilbat a proporção é de quinze para trinta e cinco e na região do Diyala de trinta e um para quarenta e cinco contratos.

<¹¹⁸> Cfr. RENGER, J., *Das Privateigentum an der Feldflur*, p. 57s.

(¹¹⁹) Klengel atribui essa mudança a fatores sócio-económicos. Cfr. KLENGEL, H., *Einige Bemerkungen zur sozialökonomischen Entwicklung in der altbabylonischen Zeit*, em: HARMATTA, J. und KOMORÓCZY, G. (org.), *Wirtschaft und Gesellschaft im alten Vorderasien*, Budapest 1976, pp. 249-257.

(¹²⁰) Cfr. ELLIS, M de Jong, *Agriculture and the State in Ancient Mesopotamia*, Philadelphia 1976.

(¹²¹) Cfr. MIEROOP, M. van de, *Society and Enterprise in Old Babylonian Ur*, Berlin 1992, p. 169s.

(¹²²) As cartas de Hammurabi, por exemplo, são, agora, acessíveis aos leitores de língua portuguesa na edição de BOUZON, E., *As Cartas de Hammurabi*, Petrópolis 1986.

<¹²³> Cfr. AHw, p. 1266b; CAD S III, p. 325b.

<¹²⁴> Cfr. AHw, p. 398b; CAD I, p. 262a.

(¹²⁵) Cfr. Sobre este assunto o excelente artigo de J. RENGER, *Das Palastgeschäft in der altbabylonischer Zeit*, em: BONGENAAR, A. C. V. M. (ed.), *Interdependency of Institutions and Private Entrepreneurs. Proceedings of the Second MOS Symposium* (Leiden 1998) Leiden 2000, pp. 153-183. Cfr. tb. KRAUS, F. R., *Der 'Palast', Produzent und Unternehmer im Königreiche Babylon nach Hammurapi* (ca. 1750-1600 a.C) em: LIPINSKI, E., (ed.), *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, vol. II, Leuven 1979, pp. 423-434.

<¹²⁶> Cfr. RENGER, J., *Das Palastgeschäft*, p. 155.

(¹²⁷) Um interessante exemplo de intervenção de Hammurabi em um caso envolvendo o *issakkum* é a carta de Hammurabi AO 8331, traduzida em BOUZON, E., *As Cartas de Hammurabi*, p. 141s, n. 83. Cfr. ELLIS, M. de Jong, *An Agricultural Administrative Archive in the Free Library of Philadelphia*, *Journal of Cuneiform Studies* 29 (1977) 127-150; BIROT, M., *Tablettes d'Époque Babylonienne Ancienne*, Paris 1969.

(¹²⁸) Cfr. RENGER, J., *Das Palastgeschäft*, p. 156s.

(129) Cfr. BOUZON, E., *Die soziale Bedeutung des simdat-sarrim-Aktes nach den Kaufverträgen der Rim-Sin-Zeit*, em DIETRICH, M. und LORETZ, O. (Herg.), *Vom Alten Orient zum Alten Testament*, Fs. für Wolfram Freiherrn von Soden, Kevelaer - Neukirchen-Vluyn 1995, pp. 1130-; BOUZON, E., *O alcance social da simdat sarrim nos contratos paleobabilônicos de Larsa*, CADMO 2 (1992) 77-100; BOTTÉRO, J., *Désordre économique et annulation des dettes en Mesopotamie à l' époque paleo-babylonienne*, JESHO 4 (1961) 113-164.

(130) Cfr. a coleção de direito proveniente de Esnunna em BOUZON, E., *Uma Coleção de Direito Babilônico Pré-Hammurabiano. Leis do Reino de Esnunna*, Petrópolis 2001 e da primeira dinastia babilônica em BOUZON, E., *O Código de Hammurabi*, 9. Ed., Petrópolis 2001.

(131) Neste contexto são muito ilustrativas as considerações de J. RENGER em seu excelente artigo *On Economic Structures in Ancient Mesopotamia*, *Orientalia* 63 (1994) 157-208, especialmente pp. 163-203.

<132> Cfr. RENGER, J., *On Economic Structures*, p. 170.

(133) Cfr. RENGER, J., *On Economic Structures*, p. 170.

<134> Cfr. OPPENHEIM, L., *Ancient Mesopotamia*, p. 95-109.

(135) Note-se que tanto o templo como o palácio eram expressos pelo mesmo sumerograma É.GAL, "casa grande", que entrou na língua acádica como *ekallum*. Cfr. CAD E, p. 52b.

(136) Cfr. RENGER, J., *Institutional, Communal and Individual Ownership*, p. 289.

<137> Cfr. RENGER, J., *Das Palastgeschäft*, p. 155s.

(138) Cfr. RENGER, J., *Das Palastgeschäft*, p. 155. Um interessante exemplo de prestação de contas de um ENSÍ foi conservado na tábua cuneiforme AO 8331, uma carta de Hammurabi a seus funcionários de Larsa, Samas-Hâzir e Marduk-nâsir, traduzida e comentada em BOUZON, E., *As cartas de Hammurabi*, n. 83, p. 141s.

(139) Cfr. STOL, M., *State and Private Business in the Land of Larsa*, *Journal of Cuneiform Studies* 34 (1982) 127-230; MIEROOP, M. van de, *The Archive of Balmunamhe*, *Archiv für Orientforschung* 34 (1987) 1-29.

(140) Sobre as origens da escrita cfr. GLASSNER, J. J., *Ecrire à Sumer. L'invention du cuneiforme*, Paris 2000; NISSEN, H.-J., DAMEROW, P., ENGLUND, R. K., *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung in alten Vorderen OrienA*, Berlin 1991.

(141) Sobre a discussão privado-público na antiga Mesopotâmia cfr. RENGER, J., *Patterns of Non-Institutional Trade and Non-Commercial Exchange in Ancient Mesopotamia at the Beginning of the Second Millenium B.C.*, em: ARCHI, A. (ed.), *Circulation of Goods in Non-Palatial Context in the Ancient Near East*, Rome 1984, pp. 31-123.

(142) Cfr. GLASSNER, J.-J., *Aspects du don, de l' échange et formes d'appropriation du sol dans la Mésopotamie du IIIe millénaire, avant la fondation de l' empire d' Ur*, *Journal Asiatique* 273 (1985) 11-59.